

A EXPERIÊNCIA PIONEIRA DA ACADEMIA DE ALTOS ESTUDOS – FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1916-1921)

*Lucia Maria Paschoal Guimarães
Doutora em História Social*

Professora titular de Historiografia do Departamento de História/UERJ

Não tendo sido possível remover os embaraços que impediam o desdobramento regular da instituição (...) resolvi oferecer ao Ministério, de que V. Excia. é o digno titular, todo o arquivo, sem exceção de um só documento, da referida Faculdade. (...) Servirão os documentos, que constam da relação inclusa, para evidenciar a nobre tentativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em prol da criação de uma academia que tantos lucros poderia proporcionar ao ensino superior.

(Ofício do conde de Afonso Celso, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. Afonso Pena Júnior, datado do Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1926, Arquivo do IHGB, lata 644, pasta 35)

RESUMO

O artigo analisa a trajetória da Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916-1921), estabelecimento privado criado no âmbito do Instituto Histórico por iniciativa de Manuel de Oliveira Lima, renomado intelectual do início do século. É importante salientar que até o presente momento essa instituição permanece ignorada pelos especialistas. Apesar da sua curta existência – suas atividades foram suspensas em 1921 – a iniciativa do IHGB constituiu uma experiência pioneira que buscava suprir uma grave lacuna na educação nacional, isto é, a formação de professores de ensino médio.

Palavras-chaves: formação de docentes, graduação em história e geografia, ensino de história, ensino superior, Faculdade de Filosofia e Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A polidez protocolar do conde de Afonso Celso, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), não esconde o seu desapontamento, no ofício datado de 7 de agosto de 1926 dirigido ao então ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. Afonso Pena Júnior, para encaminhar a documentação da extinta Faculdade de Filosofia e Letras. A transferência daqueles arquivos encerrava uma experiência singular no campo do ensino superior no país, realizada pelo Instituto Histórico entre 1916 e 1921.¹

Aliás, pouco se conhece acerca da existência dessa faculdade, cujo corpo docente reuniu um conjunto de expressivos nomes da intelectualidade da capital da República, podemos desde já afiançar. Os autores que tratam da história da educação no Brasil ignoram-na. Desde os clássicos, a exemplo de Fernando de Azevedo (1963, p. 607-654) até os mais recentes como

¹De acordo com Américo Jacobina Lacombe, essa documentação arquivada no Departamento Nacional de Ensino teria sido consumida pelo fogo num incêndio que houve no Rio de Janeiro, conhecido como “incêndio do Edifício Regina”. (Lacombe, 1989, p. 97-98).

Jorge Nagle (1976), Otaíza Romanelli (1983) e Luís Antonio Cunha (1975), entre outros.² Afora uma breve citação de Américo Jacobina Lacombe (op. cit.) num opúsculo escrito por ocasião da passagem dos 150 anos do Instituto, a única menção encontrada está na conhecida obra de Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, na qual se lê:

(...) Sabe-se que, justamente em 1915, o Instituto Histórico criou uma Faculdade de Filosofia e Letras (paralela à Escola de Altos Estudos) que funcionou até 1920 e implicitamente denunciava o escândalo que era a inexistência, até então, de uma universidade brasileira. (Martins, 1978, p. 29)

Apesar dos dados incorretos, conforme veremos mais adiante, Martins revelaria um indício significativo da entidade cuja breve trajetória o historiador Max Fleüiss, um dos seus mentores, narra em diversas passagens dos três volumes do livro *Recordando* (v. 2, p. 97-100). Tais pistas, que iremos explorar neste trabalho, constituem um dos desdobramentos do projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo com o apoio do CNPq³ acerca das atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o seu papel no panorama cultural do país na primeira metade do século XX.

No período 1910-1920, os meios beletristas brasileiros atravessavam uma fase de efervescente reafirmação dos sentimentos cívicos, que se multiplicou nas mais variadas direções sobretudo devido ao ambiente de inquietação gerado durante a Primeira Guerra Mundial a propósito do torpedeamento de navios brasileiros e da indecisão do governo em romper relações com a Alemanha. O interesse crescente pelas questões nacionais desaguaria na formulação de duas estratégias básicas de ação: para fazer frente ao perigo externo, defendia-se o serviço militar obrigatório⁴ (Sobrinho, 1968, p. 387-403). No combate ao perigo interno, a pregação centralizava-se na formação de uma consciência nacional, privilegiando-se dentre outros aspectos o estudo da história pátria e das tradições brasileiras.

Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam forte pelos lados do silogeu. Dentre outros empreendimentos, o Instituto realizou o "Primeiro Congresso de História Nacional", sintomaticamente aberto no dia 7 de setembro de 1914 (Revista do IHGB, Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, p. 1914-17). A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, daqui por diante denominada apenas de *Revista*, imprimiu o *Dicionário de brasileirismos* de Rodolfo Garcia, com a indicação de “peculiaridades pernambucanas”, composto especialmente para suprir deficiências e lacunas do léxico português, de Cândido Figueiredo (Garcia, 1913, p. 633-947). Publicou logo em seguida o inédito de Francisco Adolfo de Varnhagen – *História da Independência do Brasil* – anotado pelo barão do Rio Branco e Rodolfo Garcia (Varnhagen, 1916, p. 25-596), bem como a festejada conferência de Max Fleüiss, *Francisco Manuel e o Hino Nacional* (Revista do IHGB, v. 79, n.133, p. 23-596, 1916). Qual um maestro, à frente daquele coral de vozes afinadas, o conde de Afonso Celso, autor do

²Jorge Nagle destaca apenas a experiência pioneira da criação de primeira universidade estadual em Minas Gerais, durante a Primeira República.

³Projeto de pesquisa “Sob os auspícios das autoridades republicanas: a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na primeira metade do século XX”. Bolsa de Produtividade concedida pelo CNPq (1998-2000).

⁴A respeito da campanha para a promoção do serviço militar obrigatório, veja-se a polêmica entre Alberto Torres e Olavo Bilac.

⁵A expressão é de Wilson Martins.

livro *Por que me ufano do meu país*, já era reconhecido publicamente como o “chefe venerável do nacionalismo brasileiro”.

Generalizava-se dentre os associados do Instituto a crença de que era preciso revelar o Brasil aos brasileiros pelo caminho das letras. Ao que tudo indica, o caminho fora aberto por Alberto Torres que ao tomar posse no Instituto como sócio efetivo em 1911, num discurso emblemático, sentenciou: “(...) nossa causa é o homem (...) para quem o dever da cultura e a dignidade do aperfeiçoamento consistem no apuro do amor pelo semelhante e no esforço para elevá-lo ao seu nível” (Torres, v. 74, n.124, p. 704, 1911). Logo em seguida, na primeira sessão ordinária a que compareceu, ele mesmo ofereceu um projeto para pôr em prática suas reflexões: o estabelecimento de uma associação vinculada ao IHGB, denominada de Universidade Brasileira, onde se deveria inserir um Centro de Estudos de Problemas Brasileiros, direcionado especificamente para o exame “(...) dos problemas gerais e permanentes da nação e da sociedade brasileira” (Fleiüss, op. cit. p. 77-78).

Apesar da recepção altamente favorável, o plano não foi adiante. A pretendida Universidade Brasileira, nos moldes enunciados por Alberto Torres, nunca saiu do papel. A idéia do Centro de Estudos de Problemas Brasileiros, porém, permaneceu latente no grêmio dirigido por Afonso Celso. De quando em quando, durante as sessões acadêmicas, ventilava-se a necessidade de se discutir a sua implementação. O sócio Ramiz Galvão, por exemplo, citando Leibnitz, não se cansava de repetir: “Quem é dono da educação é dono do mundo...” (Galvão, v.78, n.132, p. 743, 1915). De concreto mesmo promoveu-se um ciclo de cursos abertos à comunidade que obtiveram repercussão positiva não apenas nos círculos letrados do Rio de Janeiro como também junto ao público em geral. (Revista do IHGB, Relatório do secretário perpétuo, v. 78, n.132, p. 789-790, 1915)

A programação desses cursos apresentava um caráter pedagógico bem definido: num primeiro momento procurava-se traçar um panorama geral do país e em seguida partia-se para o exame de questões mais pontuais. Assim, o ciclo iniciou-se em dezembro de 1913 com a problemática “Aspectos gerais do Brasil” apresentada em quatro conferências pelo engenheiro e geógrafo Alberto Rangel.⁵ O segundo curso, ministrado pelo historiador José Vieira Fazenda, denominou-se “Aspectos do período regencial do Brasil” (Revista do IHGB, v. 78, n.131, p. 3-4, 1916). A seguir, sob o título “Bandeirismo no Brasil”, Basílio de Magalhães realizou um conjunto de palestras direcionadas para o estudo da expansão e da formação do território nacional.⁶ Já o advogado e jurista Aurelino Leal discorreu sobre a “História da Constituição do Brasil”, enquanto Arthur Pinto da Rocha focalizou a “História diplomática do Brasil”.⁷ Por sua vez, os problemas relativos à economia do país foram objeto das análises de Viveiros de Castro e de Ramalho Ortigão que trataram, respectivamente, da “História tributária e da História financeira do Brasil”.⁸ Encerrando o ciclo, em outubro de 1915, Ernesto da Cunha de Araújo

⁵As conferências do engenheiro e geógrafo Alberto Rangel se realizaram no período de 2 de dezembro de 1913 a 8 de janeiro de 1914.

⁶O curso de Basílio de Magalhães realizou-se entre 18 de maio e 3 de junho de 1914 (Revista do IHGB, v. 78, n. 131, p. 3-4, 1916).

⁷As preleções de Aurelino Leal estenderam-se de 15 de outubro a 11 de novembro de 1914. Encontram-se publicadas (Revista do IHGB, v. 77, n. 129, p. 291-344, 1914). Já as de Arthur Pinto da Rocha, também editadas, ocorreram entre 21 de dezembro de 1914 e 4 de março de 1915 (Revista do IHGB, v. 77, n. 130, p. 219-418, 1914).

⁸O curso “História tributária do Brasil”, ministrado por Viveiros de Castro, também mereceu divulgação na Revista. (Revista do IHGB, v. 78, n. 131, p. 7-283, 1915).

Vianna privilegiava a cultura nacional, abordando o tema “Artes plásticas no Brasil” (Revista do IHGB, v. 78, n. 131, p. 505-608, 1915). Dado o primeiro passo, o Instituto Histórico animou-se a patrocinar um outro empreendimento, também de cunho pedagógico, bastante pragmático por sinal, idealizado por Manoel de Oliveira Lima e Delgado de Carvalho.⁹ Na ótica dos letrados que freqüentavam o IHGB, conhecer a realidade do país e seus problemas apenas, não bastava. Era preciso modificá-la. Neste sentido, entendiam que a escolarização em todos os níveis se constituía num instrumento poderoso de correção do processo evolutivo e capaz de impulsionar o progresso da sociedade brasileira.¹⁰

A iniciativa visava à criação de uma Escola de Ciências Políticas e Administrativas, direcionada à formação de “(...) funcionários para os Ministérios do Exterior, da Fazenda e da Agricultura, Indústria e Comércio, bem como para as administrações estaduais.” Pretendia-se deste modo preencher uma grave lacuna deixada pelas faculdades de direito, nas quais fora abolido o curso de ciências sociais em consequência das reformas promovidas durante a gestão de Benjamin Constant Botelho de Magalhães no Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, nos primeiros anos do regime republicano (Nagle, op. cit.). A proposta inspirava-se nos modelos de entidades congêneres que existiam nas cidades de Paris e Londres.¹¹ Quanto à estrutura e funcionamento, a escola trazia marcas altamente inovadoras. Integravam-na três seções, a saber: seção diplomática, seção financeira e seção econômica, que deveriam constituir-se tal qual hoje se organizam os departamentos nas instituições de ensino superior. Os cursos teriam a duração de dois anos e o currículo, bem flexível diga-se de passagem, estabelecia disciplinas fundamentais, regulares e facultativas. O plano de estudos, embora não fixasse uma carga horária mínima, estipulava a oferta de 20 a 25 “preleções” por matéria. No que se refere aos critérios de avaliação, afora a exigência de freqüência mínima obrigatória, previa-se a realização de exames no encerramento de cada período letivo. Ao final do último ano, os alunos deveriam apresentar suas “(...) teses [composições escritas, de cinquenta páginas em média] (...) obrigatoriamente sobre assuntos nacionais”. Além dos discentes regularmente matriculados, poderiam ser admitidos ouvintes em regime especial (Idem, p. 791).

Arrojado, o plano de trabalho não cogitava de seriações essencialmente escolares nem da expedição de diplomas ou de certificados porquanto defendia-se a tese de que: “(...) O diploma de cada seção, exigindo conhecimentos efetivos e práticos, *constituirá*, em consequência, numa *recomendação para a administração pública*” (Revista do IHGB, v. 78, n. 132, p. 789-790, 1915). (O grifo é nosso). Ou seja, ainda atrelado ao que Gilberto Amado qualificou de “irresistível inclinação ao emprego público”, Oliveira Lima preocupava-se em oferecer à juventude da época novas opções mais ágeis do que o formalismo dos cursos de direito, alvo da crítica ácida de intelectuais como Silvio Romero, Júlio Ribeiro e Eduardo Prado. Por indicativo do conde de Afonso Celso, uma comissão formada pelos associados Ramiz Galvão, Epitácio Pessoa, Augusto Tavares de Lyra, Arthur Pinto da Rocha, Max Fleiüss, Gomes Ribeiro, Homero Batista, Miguel Calmon e Manoel Cícero ficou encarregada de estudar o projeto, propor as mudanças que se fizessem necessárias e elaborar o regimento da escola. Esse

⁹Coube a Max Fleiüss, grande entusiasta das idéias de Oliveira Lima, apresentar o projeto em sessão ordinária do IHGB (Revista do IHGB, v. 78, n. 132, p. 789-790, 1915).

¹⁰Ver a esse respeito a argumentação de Jorge Nagle acerca das propostas da Liga da Defesa Nacional.

¹¹Oliveira Lima referia-se, especialmente, aos seguintes estabelecimentos: *École des Sciences Politiques e École des Hautes Études Commerciales, de Paris, e London School of Economic and Political Science.*

grupo de trabalho, ao final de inúmeras reuniões, submeteu à plenária do Instituto Histórico “o regulamento e o programa” dos cursos. O plano original sofreu diversas alterações, a começar pela denominação da nova instituição, que passou a se chamar *Academia de Altos Estudos* (Arquivo do IHGB, lata 644, pasta 35 e Fleiüss, op. cit. v. 2, p. 97-100). Aprovou-se a criação de dois cursos que começaram a funcionar em abril de 1916: o primeiro destinava-se a habilitar os candidatos que aspiravam à carreira diplomática ou consular. O segundo, a preparar aqueles que desejavam seguir a carreira administrativa ou financeira. Apesar de se constituir numa iniciativa privada, o empreendimento parecia receber a chancela dos poderes públicos, porquanto a aula inaugural, ministrada em 20 de abril de 1916 pelo dr. Amaro Cavalcanti, diretor da Instrução Pública, contou com a presença do ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, a quem estavam afetos os assuntos educacionais no país, e de representante do presidente da República (Idem).

Dotada de um conjunto de professores de altíssima qualificação, encabeçado por intelectuais do porte de Ramiz Galvão, Afonso Celso, Max Fleiüss, Clóvis Bevilacqua Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Alfredo Gomes, Laudelino Freire e Ramalho Ortigão, além dos cursos regulares, a Academia promoveu a realização de seminários especiais abordando dentre outros assuntos “Filosofia da arte”, “Teoria matemática das operações financeiras” e “A questão social”.¹² Apesar de recém-implantada, a experiência parecia bem-sucedida. Tanto assim, que no “Relatório anual do secretário perpétuo do IHGB”, relativo ao exercício de 1918, lê-se: “(...) A Academia de Altos Estudos (...) tem hoje existência completamente autônoma, achando-se unicamente na dependência das salas disponíveis do Instituto”. Mais adiante, o relatório apresentava um voto de louvor ao corpo docente “(...) pelo grau de aproveitamento, ordem e métodos adotados” (Fleiüss, v. 83, n. 137, p. 538, 1918).

Naquela mesma ocasião, por sinal, já estavam em andamento as discussões com o objetivo de transformar a Academia numa Faculdade de Filosofia e Letras. Se o projeto de capacitação de recursos humanos para os quadros da burocracia republicana vinha se desenvolvendo a contento, chegara o momento de se atacar um outro ponto vulnerável do sistema de ensino, a formação de professores secundários que, de acordo com a percepção do deputado José Augusto Bezerra de Medeiros, se constituía num disparate:

(...) No Brasil, como por toda parte, o bom senso e a necessidade obrigaram a criação de escolas normais destinadas ao preparo de professores idôneos ao ensino primário. Só no Brasil, porém, os professores desses “normalistas”, futuros alunos-mestres, não têm onde se preparar e se improvisam de qualquer médico, bacharel, engenheiro ou curioso. Chega-se assim ao colossal disparate que entretanto não percebemos até agora: para ensinar a uma criança na aula primária é preciso um mestre com tirocínio normal; para ensinar, entretanto, esse ensino normal serve e basta qualquer sujeito, com ou sem preparo. (Projeto de lei apresentado pelo deputado José Augusto Bezerra de Medeiros em 10 de maio de 1921. Arquivo do IHGB, lata 475, pasta 23)

Habilitar pessoal para o magistério secundário, eis a nova missão a que se propunham os intelectuais do IHGB. A leitura da correspondência entre Afrânio Peixoto e Max Fleiüss deixa evidente essa intenção. Os dois confrades trocavam idéias, a princípio, sobre os possíveis cursos

¹²O seminário “Filosofia da arte” foi ministrado por José Júlio Rodrigues (agosto/setembro, 1917). O de “Teoria matemática das operações financeiras”, por Joaquim Inácio de Almeida Lisboa (setembro de 1917/janeiro de 1918). O tema “Questão social” foi discutido pelo ministro Augusto Olímpio Viveiros de Castro (1919).

e programas a serem oferecidos e os respectivos professores, sobretudo aqueles que deveriam incumbir-se do ensino das matérias que constituíam as ditas “ciências da educação”. O conceituado médico pediatra Fernandes Figueira,¹³ por exemplo, seria lembrado para regente de uma cadeira cujo conteúdo privilegiaria “(...) o estudo dos hábitos, costumes, tendências, capacidades, possibilidades das crianças; espécie de psicofisiologia grossa, aplicada à vida.” Se a temática e a relevância desta “disciplina” pareciam inquestionáveis, restavam dúvidas quanto à denominação que deveria tomar: “Estudo da criança e do adolescente” ou “Estudo da criança e do adolescente: pedologia”, indagava Afrânio Peixoto? A segunda alternativa, do ponto de vista etimológico, parecia-lhe mais correta, considerando a imperiosa necessidade de “(...) educar o brasileiro até pelo programa. (...) assim se define a coisa, para a malícia ignorante dos brasileiros trocistas” (Carta de Afrânio Peixoto a Max Fleiüss. Arquivo do IHGB, lata 473, pasta 55, nº 10).

Outro ponto de controvérsia girava em torno da definição precisa dos campos do conhecimento que a planejada instituição de ensino iria contemplar, o que implicava em discutir a sua própria denominação. Clemente Brandenburger,¹⁴ outro sócio do IHGB que também fora consultado a esse respeito, opinava que o projeto poderia ficar restrito apenas ao ensino das humanidades, sugerindo a criação de uma Faculdade de Ciências, Filosofia e Letras. Afrânio Peixoto, no entanto, considerava a proposta de Brandenburger muito ambiciosa. Argumentava que nas condições disponíveis a opção mais modesta – uma Faculdade de Filosofia e Letras – parecia-lhe a alternativa viável. Afinal, justificava-se: “(...) em filosofia se incluem todas as ciências (...) será arriscado querendo obter tudo, fechar tudo” (Carta de Afrânio Peixoto a Max Fleiüss, op. cit.).

Finalmente, após longos e exaustivos debates, na sessão de 13 de março de 1919, a Congregação da Academia de Altos Estudos tomou a resolução de reformular os seus estatutos, aprovando a sua transformação na Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o respectivo “regulamento”, que foi registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do dr. Álvaro de Tefé e publicado no Diário Oficial nos dias 20 de março e 6 de junho de 1919 (Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras [Antiga Academia de Altos Estudos]. Arquivo do IHGB, lata 475, pasta 23).

O recém-criado estabelecimento de ensino superior possuía uma estrutura administrativa ágil. Poucos funcionários, direcionados exclusivamente para as atividades de registro escolar e tarefas afins. Os vínculos com a entidade mantenedora, entretanto, ficavam assegurados por meio da presença na sua Congregação, tanto do presidente, quanto do secretário perpétuo do IHGB, a quem estavam reservados os cargos de diretor e de secretário da Faculdade. A cobrança de taxas e mensalidades, cujos valores estavam fixados no próprio regulamento, deveriam garantir a sua auto-suficiência financeira.¹⁵

Sem negligenciar dos propósitos da antiga Academia, ou seja, de formar pessoal para a administração pública, a Faculdade dedicava um cuidado especial no preparo de quadros para o magistério secundário. Inspirada no modelo da Escola Normal Superior de Paris (Viallaneix e Elmozino, 1995) publicaria, periodicamente, os seus anais, nos quais seriam reproduzidos textos

¹³Antonio Fernandes Figueira foi admitido na categoria de sócio efetivo do IHGB em 1915.

¹⁴Clemente Gaspar Maria Brandenburger era alemão naturalizado brasileiro. Doutor em filosofia, pela Universidade de Heidelberg, foi eleito sócio do IHGB em 1919.

¹⁵Idem. Ver especialmente o artigo 34 do Regulamento. A taxa de exame de admissão estava fixada em 15\$ enquanto que a matrícula em 10\$. As mensalidades variavam entre 20\$ e 25\$ para os alunos regularmente matriculados. Alunos ouvintes pagavam entre 10\$ e 15\$ de mensalidade por curso.

de aulas, pesquisas e trabalhos inéditos dos professores (Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras, Arquivo do IHGB, lata 475, pasta 23). Tratava-se de um projeto pedagógico bem formulado, que reuniu a grandes personalidades do circuito acadêmico do Rio de Janeiro.¹⁶ Sua finalidade principal era “(...) promover a realização de cursos científicos, artísticos e literários, de aperfeiçoamento ou de especialização para o magistério secundário, segundo necessidades reconhecidas e vantagens presumíveis para a cultura nacional” (Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras. Arquivo do IHGB, lata 475, pasta 23). Na consecução deste propósito ficavam instituídos os seguintes cursos permanentes: curso de ciências políticas e sociais; curso de filosofia e letras; curso normal superior, este último subdividido em seis habilitações: línguas clássicas (grego e latim); línguas modernas (português, inglês, francês, espanhol, alemão e italiano); ciências matemáticas; ciências históricas e geográficas; ciências físicas e naturais e ciências da educação. O primeiro, herança da Academia de Altos Estudos, teve a sua duração estendida para quatro anos. Os demais deveriam ser integralizados em três anos. Aos egressos dos cursos de ciências políticas e sociais e de filosofia e letras seriam conferidos o grau e o título de bacharel e o de professor aos concluintes do curso normal superior (Ibidem).

Embora constem do regulamento as grades curriculares de todos os cursos permanentes, neste trabalho iremos nos deter somente na análise do rol de matérias pertinentes à formação de professores secundários na habilitação ciências históricas e geográficas, já que nas fontes disponíveis não se encontram os respectivos programas e bibliografias básicas. Como se poderá observar, o currículo estruturava-se sobre as mais modernas teses que orientavam o conhecimento histórico naquela época. Apontava também para uma certa interdisciplinaridade, abordagem que seria valorizada nos estudos históricos por Lucien Febvre e Marc Bloch.

**FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS DO IHGB
CURSO NORMAL SUPERIOR
CURSO DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS**

Primeiro ano

1. História da língua portuguesa; dialetologia; estilística
2. Psicologia e sua aplicação à pedagogia
3. Introdução aos estudos geográficos; cosmografia do sistema solar; geologia; topografia; cartografia

Segundo ano

1. Geografia geral: física, econômica e política
2. Introdução aos estudos históricos; arqueologia; numismática; paleografia; diplomática
3. Etnografia e demografia gerais e especiais do Brasil e da América

Terceiro ano

1. Geografia especial da América e do Brasil

¹⁶*Dentre outras personalidades da intelectualidade do Rio de Janeiro, citam-se: Alfredo Bernardes da Silva, Delgado de Carvalho, Arthur Pinto da Rocha, Aurelino de Araújo Leal, João Martins de Carvalho Mourão, Amaro Cavalcanti, Ramalho Ortigão, Gastão Ruch Sturzenecher, Agenor de Roure, Basílio de Magalhães, Nuno Pinheiro, Manuel Álvaro de Sousa Sá Viana, Alfredo Gomes, Ernesto da Cunha de Araújo Viana, Afrânio Peixoto, Solidonio Leite, Jonathas Serrano, Manuel Amoroso Costa, Adrien Delpech, José Maria Moreira Guimarães, Antonio Olynto dos Santos Pires.*

2. História geral
3. História da América e do Brasil
4. Línguas americanas e literatura respectiva
5. Metodologia do ensino da geografia e história

Fonte: IHGB, Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras.

O elenco de disciplinas propostas indica algumas tendências que merecem um breve comentário. Em primeiro lugar, fica clara a problemática das relações da história com a geografia, segundo os enfoques deterministas de Ratzel. A ordenação e a distribuição das matérias seguem os princípios enunciados pelo geógrafo alemão, calcados no fatalismo das ciências naturais, que se resumem na fórmula “O meio faz o homem”.¹⁷ Conceito, aliás, partilhado por diversos associados do IHGB, a exemplo do dr. Gentil de Moura Assis, que afirmava: “(...) o geógrafo de hoje é irmão extremado do historiador, assessores ambos do estadista. (...) Inútil estudar a formação das nacionalidades, de suas riquezas (...). sem atender às condições físicas do solo” (Ata da sessão de 28 de junho de 1920. Revista do IHGB, v. 87, n. 141, p. 420, 1920).

A presença da cadeira de “Introdução aos estudos históricos”, formando um só bloco de conhecimentos juntamente com a arqueologia, a numismática, a paleografia e a diplomática – as chamadas ciências auxiliares – demonstra o cuidado de se incorporar ao currículo os preceitos da escola metódica. (Bourdé e Martin, 1990, p. 101-112). Ou seja, daquele conjunto de regras aplicáveis aos estudos históricos definidas por Langlois & Seignobos em 1898 num compêndio que serviu de Bíblia durante muito tempo para os especialistas mas que sofreu um ataque sem trégua do grupo de Annales e acabou recentemente reabilitado pela historiografia francesa, graças a Madeleine Rebérioux (Langlois e Seignobos, 1992, p. 55).

Outro aspecto que vale a pena destacar diz respeito à preocupação com a problemática da história da América. Este direcionamento para as questões do continente, iniciado no Instituto Histórico por orientação do barão do Rio Branco, teve continuidade na gestão do conde de Afonso Celso, culminando com a realização do "Primeiro Congresso Internacional de História da América", em 1922 (Guimarães, v.10, n. 20, p. 217-229, 1997).

Os estudos de história da língua portuguesa, dialetologia e estilística e de psicologia e sua aplicação à pedagogia, por seu turno, constituíam uma espécie de núcleo comum do curso normal superior. O mesmo se pode dizer quanto à disciplina metodologia do ensino, guardadas as peculiaridades da habilitação pretendida.

A 10 de junho de 1920, com a presença do presidente Epitácio Pessoa e outras autoridades do governo, realizou-se a colação de grau da primeira turma de bacharéis em ciências políticas e sociais. Titularam-se Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, Álvaro Simonette, Artur Cesar da Rocha, Cesar de Mesquita Serva, Ernani de Figueiredo Cardoso, José Inácio da Rocha Werneck Júnior, Manuel Felício dos Santos, Milton de Oliveira Sucupira, Rodolfo Rollim Pinheiro, Ruy Pinheiro Guimarães e Salvador Antonio Russomano (Ofício do conde de Afonso Celso ao ministro da Justiça. Arquivo do IHGB, lata 644, pasta 35).

Entretanto, nem o brilho daquela solenidade, nem o prestígio que a instituição desfrutava, nem os bons resultados alcançados foram capazes de impedir que a Faculdade de Filosofia

¹⁷A respeito das relações entre a história e a geografia, bem como a fórmula determinista de Ratzel, ver: HIGOUNET, Charles, *Les rapports de la géographie et de l'histoire*. In: SAMARAN, Charles (Dir.). *L'histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1973, p. 71-72 (*L'Encyclopédie de La Pléiade*, v. 11).

e Letras cerrasse suas portas no ano seguinte. Os obstáculos ao seu funcionamento, de acordo com nossas pistas, intensificaram-se quando o deputado federal José Augusto Bezerra de Medeiros apresentou um projeto de lei com objetivo de considerá-la de utilidade pública. Pelo mesmo dispositivo, o parlamentar pretendia o reconhecimento dos seus diplomas, equiparando-os aos dos bacharéis do Colégio Pedro II. Além disso, pleiteava que se concedesse preferência nos concursos públicos aos professores egressos do curso normal superior. Segundo o testemunho de Max Fleiüss, “(...) resultou daí uma campanha tenaz contra esse empreendimento, considerado como um temível concorrente. E nesse particular, com muitíssima razão” (Fleiüss, op, cit. p. 98). Tudo leva a crer que no bojo dessa “campanha” inseria-se uma questão de fundo, ou seja, a fragilidade da recém-criada Universidade do Brasil e a problemática do ensino superior gratuito.

As fontes disponíveis não indicam a existência de formaturas no âmbito das habilitações do curso normal superior. Mencionam apenas a colação de grau de dois bacharéis em filosofia e letras, os alunos Heitor Pereira e Manuel Azevedo da Silveira Netto. Há indícios no entanto de que até meados de 1921, pelo menos, aqueles cursos devem ter funcionado regularmente uma vez que os programas dos exames finais, bem como as respectivas atas, continuavam sendo publicadas no Diário Oficial¹⁸ (Diário Oficial de 2/7/1921 e Arquivo do IHGB, lata 644, pasta 33).

Hoje em dia, quando se discute no país a implantação dos institutos superiores de educação, em cumprimento ao disposto na recém-aprovada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/1996, título VI, artigo 63), parece-nos oportuno recuperar a experiência intentada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na formação de professores. Em que pesem as especificidades dos contextos histórico-culturais, as semelhanças se mostram mais fortes do que as diferenças.¹⁹ Não é por acaso que alguns especialistas temem pela sorte da nova lei (Alves e Villardi, 1997). Quem sabe, a proposta do curso normal superior deste final de século venha a conhecer um destino menos atribulado, do que o projeto pioneiro da década de 1910...

¹⁸Ver, dentre outros, Diário Oficial de 2 de julho de 1921. IHGB. Recortes de jornais sobre a Faculdade de Filosofia e Letras. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, lata 644, pasta 33.

¹⁹Comparar com a “Minuta de anteprojeto de resolução – Institutos superiores de educação.” Dispõe sobre os institutos superiores de educação, considerados os art. 62 e 63 da lei nº 9.394/96 e o art. 9º, parágrafo 2º, letra “h”, da lei nº 9.131/95.” Agradeço esta fonte aos professores Isac João de Vasconcellos e Maria Luíza Pontes, respectivamente diretor e vice-diretora da Faculdade de Educação da UERJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Nilda, VILLARDI, Raquel. Múltiplas leituras da LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya Ed., 1997.
- IHGB. Carta de Afrânio Peixoto a Max Fleiüss. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, lata 473, pasta 55, nº 10.
- _____. Ofício do conde de Afonso Celso ao Ministro da Justiça. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, 7 ago. 1926, lata 644, pasta 35.
- _____. Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras (Antiga Academia de Altos Estudos). Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, lata 475, pasta 23.
- AZEVEDO, Fernando. A descentralização e a dualidade de sistemas. In: A cultura brasileira. 4 ed. Brasília: UNB, 1963.
- _____. Novos caminhos, novos fins. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990.
- BRASIL. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 2 jul. 1921.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. Minuta de Anteprojeto de Resolução – Institutos Superiores de Educação. Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os art. 62 e 63 da lei nº 9.394/96 e o art. 9º. parágrafo 2º, letra “h”, da lei nº 9.131/95.
- CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de. História tributária do Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 78, n. 131, p. 7-283, 1915.
- CUNHA, Luís Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1975.
- FLEIÜSS, Max. Recordando... (Casos e perfis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941-1943, 3 v.
- _____. Relatório do secretário perpétuo, apresentado na sessão magna de 7 de novembro de 1918. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 83, n. 137, p. 538, 1918.
- GALVÃO, Ramiz. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 78, n. 132, p. 743, 1915.
- GARCIA, Rodolfo. Dicionário de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 76, n. 127, p. 633-947, 1913.
- GUIMARÃES, Lucia Maria P. Um olhar sobre o continente. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-229, 1997.
- HIGOUNET, Charles. Les rapports de la géographie et de l'histoire. In: SAMARAN, Charles (Dir.). L'histoire et ses méthodes. Paris: Gallimard, 1973, p. 71-72 (L'Encyclopédie de La Pléiade, v. 11).
- IHGB. Ata da sessão de 26 de agosto de 1911. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, v. 74, n. 124, p. 455, 1911.
- _____. Relatório do secretário perpétuo. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, v. 78, n. 132, p. 789-790, 1915.
- _____. Ata da sessão de 28 de junho de 1920. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, v. 87, n. 141, p. 420, 1920.
- _____. Recortes de jornais sobre a Faculdade de Filosofia e Letras. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, lata 644, pasta 33.
- LACOMBE, Américo Jacobina. Lideranças e expressões no Instituto Histórico. In: WEHLING, Arno (Org.). Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.
- LANGLOIS & SEINOBOS Introduction aux études historiques (1898). Préface de Madeleine Rebérioux. Paris: Éditions Kimé, 1992.
- LEAL, Aurelino. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, v. 77, n. 129, p. 291-344, 1914.
- MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira, v. 6. São Paulo: Cultrix Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- MEDEIROS, José Augusto Bezerra. Exposição de Motivos – Projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados em 10 de maio de 1919. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, v. 191.
- _____. Projeto de lei. 10 de maio de 1921. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, lata 475, pasta 23.
- NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. Rio de Janeiro: Fename.
- PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice. Educação e sociedade. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.
- PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL. Anais do Primeiro Congresso de História Nacional. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, 1914-17, número especial, 5 v.

- REVISTA DO IHGB. Rio de Janeiro, v. 78, n. 131, p. 3-4, 1916.
_____. Rio de Janeiro, v. 78, n. 132, p. 789-790, 1915.
_____. Rio de Janeiro, v. 79, n. 133, p. 23-596, 1916.
- ROCHA, Arthur Pinto da. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 77, n. 130, p. 219-418, 1914.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- SCHWARTZMAN, Simon. Ciência, universidade e ideologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. Alberto Torres, Olavo Bilac e a defesa nacional. In: Presença de Alberto Torres (Sua vida e pensamento). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 387-403.
- TORRES, Alberto. Discurso de posse. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 74, n. 124, p. 704, 1911.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 79, n. 133, p. 23-596, 1916.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de ensino jurídico no Brasil). 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- VIALLANEIX, Paul, e ELMOZNINO, Rosette. L'apprentissage du savoir vivant. Fonction des grands collègues européens. Paris: PUF, 1995.
- VIANNA, Ernesto da Cunha de Araújo. Das artes plásticas no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro em particular. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 78, n. 132, p. 505-608, 1915.

RESUMEN

El artículo analiza la trayectoria de la Facultad de Filosofía y Letras del Instituto Histórico y Geográfico (1916-1921), entidad particular, criada en el ámbito del Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro (IHGB), por sugestión de Manuel de Oliveira Lima, un renombrado intelectual del inicio de siglo. Debemos destacar que hasta el presente esta institución permanece ignorada por los especialistas. A pesar de breve existencia, sus actividades se interrumpen en 1921, la iniciativa del IHGB constituye un experimento pedagógico de vanguardia, que buscaba suplir una grave laguna en la educación nacional, o sea, la formación de profesores para la enseñanza media.

Palabras-claves: Formación de docentes, Graduación en Historia y Geografía, Enseñanza de Historia, Enseñanza Superior, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto Histórico y Geográfico Brasileiro

RÉSUMÉ

L'article analyse la trajectoire de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Institut Historique et Géographique (1916-1921), organisme privé, crée à l'intérieur de l'Institut Historique et Géographique Brésilien (IHGB), par suggestion de Manuel de Oliveira Lima, intellectuel réputé du début du siècle. Il est important de souligner que jusqu'à présent l'étude de cette institution a été ignoré par les spécialistes de la période. Malgré sa courte existence, ses activités s'intrompent en 1921, l'initiative du IHGB constitue une expérience pédagogique d'avant-garde, qui cherchait à combler une importante lacune dans l'éducation nationale: la formation de professeurs de l'enseignement secondaire.

Mots-clés: Formation d'enseignant, Graduation en Histoire et Géographie, Enseignement d'Histoire, Enseignement Supérieur, Faculté de Philosophie et Lettres, Institut Historique et Géographique Brésilien